

PORTUGAL ANTE A INVASÃO FRANCESA: DA HISTÓRIA À MEMÓRIA

Por

MARIA ISABEL JOÃO
Universidade Aberta, Lisboa. Portugal

ijoao@univ-ab.pt

e-Legal History Review 6 (2008)

SUMARIO: I. APONTAMENTO HISTÓRICO. II. RELATOS COEVOS. III. VISÃO LIBERAL.

I. APONTAMENTO HISTÓRICO

No ano de 1777 subiu ao trono uma das poucas rainhas da história portuguesa, D. Maria I. Um dos seus primeiros actos consistiu em exonerar o emblemático ministro do rei D. José, o Marquês de Pombal. Esse facto deu o mote a um reinado que foi visto como conservador e contrário às luzes do progresso, no qual teria havido uma “viradeira” política em tudo prejudicial ao desenvolvimento do país. Porém, a análise da composição dos gabinetes daquele período mostra que houve uma preocupação de assegurar uma certa estabilidade e continuidade política, mantendo-se vários ministros em exercício de funções por longo tempo¹. Ao mesmo tempo, a linha de actuação reformadora no campo económico, social e educativo foi mantida pelo governo e os ânimos foram pacificados com a reabilitação dos elementos da nobreza marginalizados e perseguidos por Sebastião José de Carvalho e Melo. Apesar disso, a feição reaccionária do regime era visível na forma como a polícia de Pina Manique e a Inquisição actuavam contra os suspeitos de serem subversivos e no espectáculo dos últimos autos-de-fé em Coimbra e em Évora.

A morte do príncipe herdeiro e a doença do foro psiquiátrico da rainha D. Maria I determinaram que o infante D. João tivesse de assumir a governação, em 1792.

¹ José Subtil, “Os poderes do centro”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, s.l., Estampa, [1993], p 179.

Somente sete anos depois seria oficialmente empossado na função de Príncipe Regente que viria a desempenhar até 1816, ano da morte da rainha sua mãe. Dois anos passaram até ser aclamado rei de Portugal, no Rio de Janeiro, mantendo-se no exercício do poder por mais oito anos. No início do ano de 1826 nomeou a infanta D. Isabel Maria regente e faleceu em Março, no meio de fortes suspeitas de envenenamento com arsénico que investigações recentes parecem vir comprovar ². Aquele que ficou conhecido pelo Clemente teve uma vida pessoal atribulada e um reinado pleno de vicissitudes, que não lhe propiciaram o tão desejado sossego e a paz de espírito, mais de acordo com a sua natureza.

No plano externo, viu-se confrontado com o impacto da Revolução Francesa na Europa e com uma sucessão de acontecimentos político-militares que punham em causa a tradicional política de neutralidade do país. Entre 1793-1795, Portugal participou na campanha do Rossilhão contra a França, que se saldou numa pesada derrota para os exércitos luso-espanhóis. Após o malogro da ofensiva, a monarquia espanhola decidiu negociar bilateralmente a paz com a França e os interesses portugueses não foram tidos em conta nas negociações que conduziram ao tratado de Basileia. O governo português viu-se obrigado a negociar sozinho os termos do armistício com a França através dos ofícios do seu embaixador em Paris, António de Araújo Azevedo. O acordo muito penalizador para o país não chegou a ser assinado, porque os acontecimentos políticos se precipitaram na república francesa e o ministro plenipotenciário português foi encarcerado e expulso do país. A partir daqui, o governo português ficou preso numa teia política internacional que colocava em jogo a sua tradicional aliança com a Grã-Bretanha, a permanente ameaça que representava a Espanha e a política expansionista e hegemónica da França, liderada por Napoleão Bonaparte desde o golpe de Estado do 18 de Brumário. Os britânicos utilizavam livremente os portos nacionais e tinham na mira algumas das partes mais apetecidas do império luso. Os espanhóis, apesar da política de casamentos entre as duas coroas e da princesa consorte ser espanhola, D. Carlota Joaquina, não perdiam de vista a possibilidade de ocupação do território português, e nesse sentido negociaram convenções secretas com o novo aliado francês. A França napoleónica, por sua vez, via Portugal como uma verdadeira colónia inglesa, incapaz de ter uma política autónoma, e como tal um espinho cravado na sua hegemonia na Europa continental. Quando foi decretado o Bloqueio Continental, a invasão de Portugal pelas forças franco-espanholas tornou-se uma mera questão de tempo.

Neste contexto, o que faziam os ministros do Príncipe Regente? Tentavam agradar a gregos e a troianos, numa política de báscula, que tinha pouco de neutral e se baseava

² Cecília Casaca e Ferreira, F. E. Rodrigues, "Morte de D. João VI" cit. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, *D. João VI*, s.l., Círculo de Leitores, 2006, p. 328.

nas concessões possíveis aos interesses britânicos e franco-espanhóis. Se, por um lado, mantinham os portos abertos aos navios ingleses e negociações com o governo britânico, cujo apoio militar e financeiro continuava a ser solicitado pela monarquia portuguesa; por outro lado, iam adiando a execução das exigências francesas e manobrando no sentido de manter uma “neutralidade” que já não convencia os interlocutores daquele sinuoso jogo diplomático. Assim, em 1801 foi feito um ultimato ao reino de Portugal pelo governo de Carlos IV, nos termos definidos pelo irmão do cônsul francês, Luciano Bonaparte, que entretanto assinara um tratado com a Espanha. A guerra tornou-se inevitável e o exército português, muito mal preparado, sofreu uma derrota. A assinatura da paz custou bastante caro ao erário nacional e perdeu-se a praça de Olivença. Apesar disso, os resultados poderiam ter sido mais catastróficos, não fora a conjuntura de relativo apaziguamento proporcionada pelo estabelecimento da paz de Amiens entre a França e a Grã-Bretanha.

A sorte do país dependia, por conseguinte, da situação internacional e das posições dos principais contendores do conflito latente na Europa. A auto-proclamação de Napoleão Bonaparte como imperador e a política imperialista em que lançou a França agudizaram o conflito com a Grã-Bretanha que, a breve trecho, era um dos últimos redutos de resistência à sua hegemonia. Napoleão dominava em terra, mas os ingleses mantinham a sua supremacia no mar, a qual foi reafirmada pela vitória do almirante Nelson na batalha naval de Trafalgar. Portugal e o seu Império estavam entre a espada e a parede. Neste caso, entre as esquadras britânicas que demandavam as suas costas e o porto de Lisboa - acabaram por ocupar a ilha da Madeira e o Estado da Índia, além de ameaçarem o pequeno enclave de Macau - e a aliança franco-espanhola que se preparava para a invasão e a partilha da Lusitânia. Os conselheiros do Príncipe D. João dividiam-se entre os que eram favoráveis a manter a todo o custo a aliança inglesa e os que não viam outra alternativa que não fosse a cedência às pretensões da França. De um lado, faziam-se negociações com os britânicos e colocava-se a hipótese da partida da família real para o Brasil, sob protecção da esquadra britânica, e, do outro, perante a intransigência de Napoleão, ia-se cedendo às exigências da França, convencido o governo da impossibilidade de defrontar o vitorioso exército francês. O facto é que o aperto do tesouro nacional e a incapacidade da liderança político-militar se revelaram obstáculos intransponíveis para preparar a defesa do país. Desta forma, o impasse político encaminhava-se vertiginosamente de um desfecho, apesar do governo português ainda procurar pela via político-diplomática evitar a invasão do país.

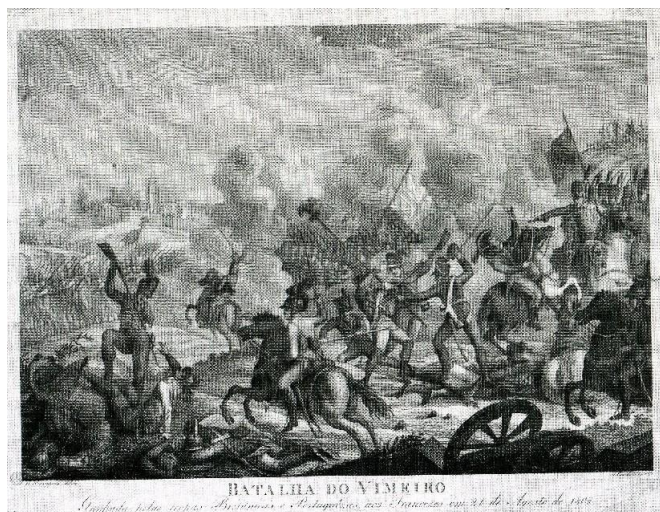
Tal não foi possível. Quando se soube na corte portuguesa do tratado de Fontainebleau, entendeu-se que a melhor forma de salvar a monarquia portuguesa e a Casa de Bragança seria através da partida para o Brasil, a melhor colónia de Portugal

naquela época. Os preparativos já vinham decorrendo há alguns meses, mas as vacilações tinham sido constantes e a frota não se encontrava realmente pronta para a largada. Em poucos dias foi preciso aprontar tudo e embarcar um número difícil de contabilizar de pessoas, das mais gradas do reino, com os seus criados e uma enorme profusão de bagagens. O general Junot que, entretanto, já tinha entrado em território nacional pela província da Beira, apressava o passo das suas tropas esgotadas em direcção a Lisboa, onde chegou a tempo de ficar a ver navios no alto de Santa Catarina, segundo o refrão popular. Para trás, o Príncipe D. João deixava um governo de regência com instruções para colaborar com os ocupantes do país. E, assim se fez durante uns meses, apesar de alguns sobressaltos e tumultos provocados pela atitude de conquistador de Andoche Junot, que recebeu o título de Duque de Abrantes, e pelas medidas gravosas tomadas contra a depauperada sociedade portuguesa.

Todavia, aquela paz podre iria acabar com o levantamento de Madrid e o início da insurreição da Espanha que, rapidamente, se transmitiu a Portugal. Em Junho de 1808 começaram os levantamentos populares, acicatados pela fome, pela penúria e pelas exacções fiscais dos ocupantes estrangeiros. O movimento começou no Porto e propagou-se, como rastilho de pólvora, a todo o país. A iniciativa partia, na maior parte das vezes, da gente miúda do reino, com a participação do clero, das camadas burguesas e intermédias da sociedade, numa verdadeira amotinação geral. Perante este quadro, a hierarquia superior da Igreja e a própria nobreza, que se tinham mostrado inicialmente colaboracionistas, aderiram à insurreição popular, que tomou um cunho restauracionista. A revolta fazia-se evocando as Cinco Chagas de Cristo, um símbolo de redenção, e o Príncipe Regente, contra os *jacobinos*, os *hereges*, os *pedreiros-livres* e todos aqueles que tinham colaborado com a Grande Besta do Apocalipse, a verdadeira encarnação do Mal, como se via Napoleão Bonaparte. Os tempos eram de grande violência e a menor suspeita de traição podia custar a vida às mãos dos populares amotinados. O general Junot e os seus oficiais perdiam o controlo da ordem no reino e respondiam passando a ferro e fogo as povoações sublevadas.

Ao mesmo tempo, na capital, o Duque de Abrantes mantinha uma pequena corte e acalentava o sonho de vir a ser rei de Portugal, com a ajuda pressurosa de alguns acólitos portugueses. Mas, em Agosto de 1808, as tropas britânicas desembarcaram na zona da Figueira da Foz e começaram a dirigir-se para Lisboa. Ao seu caminho foram algumas divisões francesas e defrontaram-se nas batalhas da Roliça e do Vimeiro. A vitória britânica foi selada pela Convenção de Sintra que dava ao exército de Junot todas as condições para se retirar comodamente instalado em navios ingleses para França, com o fruto do saque feito no país. As autoridades portuguesas não tiveram intervenção neste acordo que suscitou o protesto do general Bernardim Freire de Andrade e um

inquérito por parte do governo britânico, provavelmente motivado pela reacção desfavorável da sua própria opinião pública. Deste modo, terminou a primeira invasão francesa.



D. Schiopeta,; J. Cardini esculp. [s.l.: s.n., 1808?], gravura água-forte e buril, Biblioteca Nacional de Portugal.

Ainda se seguiram mais duas invasões: em 1809, comandada pelo general Soult, e, em 1810, pelo general Massena. A primeira quedou-se no Norte do país e dois factos assinalaram-na da forma mais trágica: o assassinio do general Bernardim Freire de Andrade e de outros oficiais às mãos da turba excitada, que viu no recuo táctico de Braga para o Porto um sinal de abandono e traição; o desastre da ponte das barcas que ligava as duas margens do Douro, onde pereceram milhares de pessoas engolidas pela corrente do rio. Foram as forças britânicas, onde iam intercalados alguns regimentos portugueses, sob o comando do general Arthur Wellesley, com provas dadas no campo de batalha contra os exércitos napoleónicos, que retomaram a cidade do Porto. Numa manobra de grande dificuldade, por entre o cerco apertado que as tropas comandadas pelo futuro Duque de Wellington e pelo general Beresford lhe procuravam montar, o exército de Soult conseguiu refugiar-se em Orense, na Galiza. Deste modo, acabava a segunda invasão, mas não seria a última. Em 1810, mais uma vez Napoleão mandou as suas tropas contra o pequeno reino da Península Ibérica que se estava a revelar um osso duro de roer, devido à associação com as forças militares britânicas.

Num país castigado pela guerra, a invasão comandada pelo general Massena foi arrasadora. Nela conjugaram-se a pilhagem das tropas francesas e a política de terra queimada que tinha sido ordenada às populações em fuga pelas autoridades

luso-britânicas. O exército francês entrou pela Beira e foi cercar a praça de Almeida que acabou por se render. Depois começou a atravessar o país para sudoeste e foi encontrar-se com as forças anglo-lusas na batalha do Buçaco, onde foi derrotado. Porém, o comandante-em-chefe não se deu por vencido e continuou a marcha que só foi detida pelas linhas de Torres Vedras, entretanto construídas. Este conjunto notável de fortificações destinava-se a defender a capital e, em última instância, a garantir o embarque das tropas britânicas em segurança em caso de necessidade. Revelaram-se intransponíveis para o exército de Massena que acabou por ser obrigado a recuar e a retomar o caminho de volta para a fronteira. Depois disso, as tropas do general Marmont ainda fizeram algumas incursões breves em território português. Pelo seu lado, as forças anglo-portuguesas foram combater na Guerra da Independência da Espanha que só terminou em 1813, com os triunfos decisivos de Vitoria e San Marcial. Aliás, a ajuda militar luso-britânica retribuía a que tinha sido dada por contingentes espanhóis na resistência armada das cidades portuguesas da fronteira conta a ocupação³.

Em Portugal, a situação socioeconómica e política era realmente desoladora. O país estava num autêntico caos provocado pela guerra. A fome, a miséria e as epidemias de tifo e de coléra grassavam sem freio. A agricultura, as indústrias e o comércio tinham sido profundamente afectados. Os exércitos em contenda haviam saqueado tudo aquilo que podia ter algum valor. A sede da monarquia estava no Rio de Janeiro e a metrópole tinha virado uma colónia aos olhos dos súbditos portugueses. Duplamente colónia: por causa da obediência devida ao poder sedado no Brasil, o que acarretava múltiplos problemas para obter um simples despacho do Príncipe Regente, e do papel dominante que o general Beresford e os interesses britânicos passaram a ter na governação do país. Vários tratados com a Grã-Bretanha foram vistos como cedências inaceitáveis que punham em causa os interesses económicos e comerciais portugueses, nomeadamente os que foram assinados em 1810. A actuação política do comando britânico era sentida com uma afronta à soberania portuguesa e, depois de terem sido incensados como libertadores, passaram a ser olhados como ocupantes indesejáveis. Entretanto, D. João não parecia disposto a voltar ao reino, bem acomodado no calor dos trópicos e quiçá ainda embalado pela ideia de estabelecer um grande Império do Ocidente, com sede no Brasil. Os negócios do reino estavam entregues a uma regência constituída por governadores impotentes e ao general Beresford, essencialmente preocupado com as questões militares e pouco sensível à situação deplorável do país. Deste modo, apesar da resistência portuguesa ter sido importante para a derrota de Napoleão na Europa e dos enormes custos suportados pelo país, na conferência de Paris e no congresso de

³ António Moliner Prada, “La guerra de independencia en España”, in Jorge Couto (apres.), *Guerra Peninsular 200 Anos*, Lisboa, B.N.P., 2007, p. 36.

Viena a voz do governo português teve uma expressão limitada e não se obtiveram as reparações pretendidas. Apesar disso, a praça de Olivença foi restituída a Portugal, o que nunca chegou a ser aceite pela Espanha⁴.

À semelhança do que acontecia no resto da Europa, o ambiente político em Portugal era conservador e restauracionista. Dele foi vítima o general Gomes Freire de Andrade que tinha integrado a Legião Portuguesa e combatido ao lado dos exércitos napoleónicos. O seu passado e o facto de pertencer à maçonaria portuguesa, de que foi Grão-Mestre, tornaram-no o principal suspeito de uma conspiração política que foi rapidamente desmantelada pelas autoridades, em 1817. Ele e um punhado de conspiradores foram condenados à morte por enforcamento, enquanto que outros eram exilados e banidos de Portugal. O processo foi sumário e nem se esperou pela sanção régia para executar as sentenças. Este acontecimento foi o prenúncio da revolução liberal que, três anos depois, rebentou no Porto e trouxe a Portugal a sua primeira Constituição. Os súbditos rebelavam-se contra o absolutismo e queriam ser cidadãos. O país estava a mudar irremediavelmente e as ideias revolucionárias iam fazendo o seu percurso nas consciências. A monarquia absoluta tinha os dias contados e a sociedade estava em véspera de grandes mudanças, tal como sucedia em Espanha e noutros países europeus. A herança da Revolução Francesa difundia-se e transformava o mundo, em parte devido a Napoleão e, também, *malgré lui* que tinha suscitado o patriotismo e a reacção dos povos contra o domínio imperial da França.

II. RELATOS COEVOS

A história faz-se com testemunhos, memórias, registos que os coevos deixam sobre os acontecimentos vividos. Assim, aquela época conturbada foi fértil em relatos de estrangeiros - diplomatas, militares, visitantes - que deixaram uma imagem geralmente pouco lisonjeira do país. Entre o gosto romântico do pitoresco e a atitude racional de descrever com rigor e veracidade o que observavam, se situavam os escritores mais informados e atentos à realidade portuguesa. Neste sentido, as descrições dos militares britânicos foram importantes para a reconstituição dos múltiplos confrontos e das batalhas, mas forneceram também uma visão de aspectos variados da sociedade da época. A ideia da superioridade britânica dominava os relatos, mas não escondia alguns dos desmandos e atrocidades que foram cometidos contra as populações por aqueles

⁴ Oliveira Marques, A. H. de, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1974, p. 580.

que vinham, supostamente, ajudá-las a libertarem-se dos invasores⁵. Nalguns casos, os próprios oficiais britânicos se sentiam vexados pelo comportamento das suas tropas.

Os “bravos filhos de Albião” foram bem recebidos pelos portugueses e as vitórias contra as tropas franco-espanholas elevaram os seus chefes à categoria de semi-deuses, nomeadamente o celebrado general Wellesley, o Invicto Wellington da ode de José Agostinho de Macedo⁶. A maioria dos poemas encomiásticos foi publicada entre 1811 e 1813, depois da expulsão dos franceses do território nacional e numa altura em que a Guerra Peninsular se aproximava do seu termo⁷. Apesar da imagem dos chefes militares britânicos ter ficado manchada pelos termos prejudiciais para Portugal da Convenção de Sintra e do comportamento dos exércitos não se distinguir sobremaneira das forças invasoras, foi o prolongamento da sua presença no solo português e as atitudes do general Beresford que lhes granjearam maior impopularidade. De tal modo que, em 1820, no regresso da segunda viagem ao Brasil para obter poderes mais alargados do rei D. João VI, o general já não pôde desembarcar no país então governado pela primeira Junta liberal.

⁵ Gabriel Gândara Terenas, “A Espada e a Pena. Os relatos dos militares britânicos em Portugal ao tempo da Guerra Peninsular”, in Jorge Couto (apres.), *Guerra Peninsular 200 Anos*, Lisboa, B.N.P., 2007, p. 49.

⁶ José Agostinho de Macedo, *Ao invicto Wellington*, Ode, Lisboa, Impressão Regia, 1813.

⁷ Maria do Rosário Lupi Bello, “Os bravos filhos de Albião” in Jorge Couto (apres.), *Guerra Peninsular 200 Anos*, Lisboa, B.N.P., 2007, p. 74.



Série de desenhos alegóricos, satíricos e panfletários anti-napoleónicos. Tesouros da Biblioteca Nacional de Portugal

Extremamente negativa era a imagem das tropas francesas e dos seus generais. Se os contingentes de granadeiros, que chegaram à capital com o general Junot, rotos, famintos, desfigurados pelas longas marchas, em condições climáticas adversas, quase suscitaram a “piedade”⁸, a ilusão foi rapidamente desfeita e a arrogância dos conquistadores desencadeou o ódio popular. Acúrsio das Neves, na descrição que fez sobre a primeira invasão, referiu-se ao “bando imenso dos grosseiros e malevolos francezes”, em que eram muito raros os “espíritos bem nascidos”⁹. A devastação provocada pela passagem das tropas levaram uma testemunha a afirmar que, por exemplo, a cidade de Castelo Branco tinha vivido uma noite que fora “huma imagem do inferno”. Muitos relatos manuscritos ou impressos, como o de Frei Manuel do Cenáculo,

⁸ José Acúrsio das Neves, *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, vol. I, Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811, p. 213.

⁹ *Idem, Ibidem*, p. 248.

arcebispo de Évora ¹⁰, ficaram como testemunho das violências cometidas contra as populações. No caso de Évora, a urbe foi castigada durante três dias pelas tropas comandadas pelo general Loison, o Maneta, assim chamado por ter um braço decepado, que ficou tristemente célebre pela sua sanha sanguinária. Daí parece vir a origem da expressão popular “ir para o maneta” que se utiliza em caso de perda de algo. A profanação das igrejas e conventos, o “forçamento” das mulheres, de todas as idades e estados, os roubos dos particulares, o saque dos objectos valiosos, a destruição do que não podiam transportar e todo o género de violências ficaram a marcar por muito tempo a memória colectiva. A razia foi de tal modo devastadora, num país pequeno como Portugal, que ficou a ideia de que “juntamente com o grande terramoto, a Guerra Peninsular foi a grande responsável pela ausência em monumentos, museus, arquivos e bibliotecas do futuro, de materiais sem conto que neles se deveriam encontrar” ¹¹.

O imperialismo francês suscitou na Europa uma onda panfletária e de propaganda contra-revolucionária e antinapoleónica que teve a sua origem provável na Grã-Bretanha ¹². Em Portugal, calcula-se que foram publicados em torno de 1200 a 1400 folhetos, entre 1807 e 1815, com maior incidência nos anos de 1808 a 1811 ¹³. A maior parte desses folhetos eram anónimos e neles a exaltação patriótica associava-se à religiosa. Por isso, alguns autores foram buscar elementos ao imaginário do Livro do Apocalipse e ao bestiário medieval para representar o mal encarnado pelos franceses e pelo seu Imperador. A fama de hereges dos franceses está bem representada numa cena de rapina de uma igreja, com o pobre cura consternado e uma pequena figura demoníaca agachada, no canto inferior direito ¹⁴. O conteúdo das imagens e dos textos visa mobilizar os portugueses para combater sem tréguas as tropas invasoras e para as expulsar do país. A condenação, a denúncia, a execração dos franceses tem um objectivo imediato e claro: libertar a pátria, restaurar os direitos dos legítimos soberanos e restabelecer a ordem e a religião.

¹⁰ *Memória descritiva do assalto, entrada e saque da cidade de Evora pelos francezes, em 1808*, impressa a expensas do Municipio, em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel de Cenaculo Villas Boas, Évora, Minerva Eborensis, 1887.

¹¹ Oliveira Marques, *o.c.*

¹² Jean Tulard, *L'Anti-Napoléon, la legende noire de l'Empereur*, Paris, Julliard, 1965.

¹³ António Pedro Vicente, “José Accursio das Neves. Planfletário antinapoleónico” in *Ler História*, 17, 1989, p. 120.

¹⁴ Reproduzida em Jorge Couto (apres.), *Guerra Peninsular 200 Anos*, Lisboa, B.N.P., 2007, p. 189.

Entre os panfletários distinguiu-se José Acúrsio das Neves (1766-1834) que publicou mais de uma dezena de folhetos antinapoleónicos ¹⁵. Formado pela Universidade de Coimbra, é mais conhecido pela sua obra económica, mas teve um papel activo como propagandista durante as invasões francesas. As suas posições não se afastam do tom geral comum neste género de publicações, mas a cultura do autor confere um tom mais elevado à sua retórica que utiliza frequentes imagens clássicas e históricas para despertar o heroísmo dos portugueses. O seu empenho ideológico traduziu-se ainda na publicação de uma *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, em cinco pequenos volumes publicados em 1810-1811. Neles o autor deixou um relato minucioso da primeira invasão francesa e dos levantamentos que, de Norte a Sul do país, criaram as condições para a intervenção das tropas britânicas e a derrota do general Andoche Junot. O detalhe das descrições e a vivacidade da narrativa indicam que o autor recolheu testemunhos para reconstituir os acontecimentos. A obra acabou por ser uma fonte importante de informação para as histórias posteriores.



¹⁵ Ver António Pedro Vicente, “José Acúrsio das Neves, Panfletário napoleónico”, in *Ler História*, 17, 1989, pp. 113-127.

Série de desenhos alegóricos, satíricos e panfletários anti-napoleónicos. Tesouros da Biblioteca Nacional de Portugal

O tom geral da obra de Acúrsio das Neves é conferido por uma visão maniqueísta: os “barbaros usurpadores” da pátria de um lado, apoiados por “traidores”, e o povo heróico, por outro, ajudado pelos “fieis ingleses”. Na sua visão conservadora do mundo, a expulsão dos franceses destinava-se a restaurar os direitos da Casa de Bragança e a ordem tradicional. Aliás, na análise dos reinados considerou o de D. José “brilhante”, em larga medida devido à acção do Marquês de Pombal, mas não tinha uma percepção negativa do período de governação de D. Maria I. Pelo contrário, traçou um quadro de prosperidade e desenvolvimento do reino, que continuou no período da regência de D. João, “nosso amado Príncipe, cujas intenções beneficicas se fizeram sentir por toda a parte”¹⁶. Também não criticou a saída da família real para o Brasil que, de forma pragmática, via como uma atitude sensata dos governantes. E a polémica abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional foi apresentada como uma necessidade premente, em face das circunstâncias político-económicas. Nesta matéria, salienta-se o economista favorável a medidas de liberalização, mas suficientemente prudente para não se esquecer de mencionar a solidariedade que as colónias deviam às metrópoles, senão mais valeria não as possuir¹⁷. Finalmente, importa destacar a sua atitude em relação aos ingleses que tratou como heróis e “fieis” aliados. Mostrou-se mesmo compassivo com a ocupação inglesa da Madeira, que interpretou como uma forma de prevenir “algum golpe de mão dos francezes”, mostrando-se confiante que o arquipélago seria restituído ao legítimo soberano, logo que as condições o permitissem. Num plano igualmente elogioso colocou o povo espanhol que deu o exemplo à Europa com a sua reacção contra os “usurpadores”, numa altura em que o continente se tinha tornado numa verdadeira prisão, agrilhado pelo “impio” Napoleão. Não se esquecia também de verberar os traidores, como o valido Manuel Godoy e todos aqueles que se tinham conluiado com os franceses. Assim, a história patriótica de José Acúrsio das Neves influenciou a memória das gerações liberais, mas em relação à interpretação dos factos só um ponto têm em comum: o enaltecimento do heroísmo dos portugueses e da resistência popular à “usurpação”.

¹⁶ Jose Accursio das Neves, op. cit, p. 253.

¹⁷ *Ibidem*, vol. II, p. 15: “Os vassallos do mesmo soberano devem gozar dos mesmo direitos por toda a extensão dos seus Estados; mas para haver igualdade de direitos he necessario contemplarem todas as relações, que os determinão. Todos devem participar igualmente dos benefícios, mas na mesma proporção devem concorrer para os encargos.”

III. VISÃO LIBERAL

A admiração pela Revolução Francesa e por parte da obra do próprio Napoleão, como o famoso Código Civil, não podia obliterar a história do expansionismo e despotismo do seu regime. Nesta óptica, o historiador Alexandre Herculano (1810-1877) afirmou: “Bonaparte foi um Alexandre, um Cesar, um Trajano, um Atila, um Gengis-khan, ou tudo isso junto, mas o que não foi é Washington. Escravizou e enluctou a França para através da Europa roubada e assolada chegar a Waterloo (...). Salteador que roubou e oprimiu a Península, como roubara e oprimira o resto da Europa.”¹⁸ A legenda negra de Napoleão tinha dado lugar à admiração pela sua energia e capacidade como general e estratega militar, mas a imagem continuava manchada pela forma como tinha querido submeter toda a Europa ao seu poder. O facto de Napoleão não se limitar a ser o Imperador da França, mas se ter comportado como “despota da Europa”¹⁹ valeram-lhe o repúdio das correntes liberais. Além disso, o patriotismo tinha-se tornado uma bandeira fundamental dos cidadãos livres que rejeitavam a submissão aos impérios tradicionais e se solidarizavam com os movimentos de emancipação das nacionalidades. Todos os episódios das lutas travadas contra os ocupantes franceses passaram, assim, a ter o cunho de uma lição de heroísmo e de amor pátrio em que as novas gerações se deviam rever.

A história divulgada depois da guerra civil, que se saldou pela vitória das forças liberais e pelo estabelecimento do regime da Monarquia Constitucional, tinha a marca ideológica dos vencedores. A consequência disso é perceptível a vários níveis na narrativa histórica:

- A avaliação do governo de D. Maria I e do seu sucessor tornou-se menos benigna, sendo mesmo apresentado como um período de “decadência” em comparação com época notável do primeiro-ministro de D. José, o celebrado Marquês de Pombal.
- A política do Príncipe Regente e dos seus conselheiros diplomáticos foi vista como desastrosa para o país e profundamente “humilhante” face às exigências das duas maiores potências, a Grã-Bretanha e a França.
- O carácter tanto da rainha como do Príncipe era visto de forma muito negativa, e alguns escritores não dispensavam caricaturá-los em traço grosso.
- A decisão de ir para o Brasil aparecia como uma “fuga” atabalhoada, depois

¹⁸ Cit. Brito Aranha, *Notas acerca das Invasões dos Franceses em Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1909, p. 33.

¹⁹ Manuel Pinheiro Chagas, *A Guerra Peninsular*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1874, p. 18.

de meses de hesitações e de incapacidade para tomar as medidas necessárias para a defesa do país.

- A capitulação em toda a linha da Coroa portuguesa ficara bem patente nas instruções que deixou à regência e na forma como o exército de Junot atravessou o país, em direcção à capital, sem qualquer resistência; os temporais de um Inverno precoce e as águas caudalosas dos rios foram, no fim de contas, o único obstáculo sério aos seus intentos.

- Somente a heroicidade do povo e a amotinação colectiva dos portugueses salvaram a face de um reino que tinha sido berço de “varões ilustres e assinalados”, como reza o poeta Camões, n’ Os Lusíadas.

- O comportamento do rei D. João VI e do seu governo no Rio de Janeiro tornaram-se objecto de crítica acerba, pelo abandono em que tinham deixado o país e pelo facto de não regressarem para acorrer à miséria e ao desespero em que estava mergulhado o reino.

- Em vez disso, depositaram na mão de estrangeiros o futuro do país e acobertaram passivamente as arbitrariedades das tropas inglesas e dos seus chefes.

- A visão dos franceses manteve-se de acordo com as fontes coevas, mas uma tónica fortemente nacionalista verberava também os ingleses, que só tinham vindo defender os seus próprios interesses, e os espanhóis, que não perdiam de vista o projecto de se apoderar de Portugal; não se esquecia também a perda de Olivença, num período em que se reactivaram as comemorações do 1º de Dezembro e se erguera o Monumento aos Restauradores, no centro de Lisboa.

Como expressão desta ordem de ideias, vamos referir três escritores oitocentistas, dada a sua importância para a construção do imaginário das elites portuguesas sobre esta época. O primeiro, Luz Soriano (1802-1891), foi um destacado liberal, que esteve exilado e combateu no exército de D. Pedro, na sua extensa obra sobre a *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834* dedicou vários tomos ao período da Guerra Peninsular. O relato descritivo dos factos, com úteis sinopses dos capítulos no final, foi acompanhado pela publicação de larga cópia de documentos. O seu método é o de um polígrafo. No seu texto, condenou

a “frouxidão e inactividade do governo portuguez em se preparar para a guerra”²⁰ e, por conseguinte, a retirada da família real para o Brasil. Soriano fez eco das histórias que se contavam sobre o grande alvoroço que acompanhou o embarque no cais de Belém. O Príncipe Regente foi retratado de pernas a tremer e de lágrimas a escorrer-lhe pela face contraída de dor. A rainha D. Maria, no trajecto para o cais, teria dito aos cocheiros: “Não andem tão depressa que pensarão que vamos fugidos!”²¹ Este saboroso episódio colocava na boca da rainha louca o que, afinal, todos pensavam.

Luz Soriano não nutria qualquer simpatia pelos ingleses, de tal modo que os colocou ao mesmo nível dos franceses pelo “espírito de rapina” e de “desmedida ambição”²². Noutros parágrafos censurou a “ingratidão” e a “imoralidade” do governo inglês que só estava preocupado em defender os seus interesses. Em contrapartida, valorizou o papel do povo amotinado, não deixando de condenar os excessos da plebe, que considerou, em parte, instigados pelas próprias autoridades. No caso do linchamento do general Bernardim Freire de Andrade culpou as circunstâncias críticas, em que qualquer acto menos enérgico podia ser interpretado pelas multidões “fanatisadas” como um verdadeiro crime. Deste jeito, a narrativa histórica de Luz Soriano não poupava a Coroa e os grandes do reino, mas também não ignorava os desmandos da *arraia-miúda*, cuja única atenuante consistia em terem sido feitos em nome do elevado ideal da libertação da pátria.

O segundo que vamos mencionar, Pinheiro Chagas (1842-1895), foi um escritor que teve grande notoriedade no seu tempo. A presença na imprensa e na vida política, além das numerosas publicações - poesia, romances, novelas, dramas e história - tornaram-no uma figura conhecida e influente. No domínio que nos ocupa, a obra mais destacada do autor é uma história da Guerra Peninsular, que repetiu nos capítulos do sexto volume da *História de Portugal*, em que também colaboraram António Enes, Luciano Cordeiro, Bernardino Pinheiro, Eduardo Vidal e Gervásio Lobato. O tema suscitou ainda algumas obras de ficção, destacando-se o romance histórico *Os Guerrilheiros da Morte*, que teve várias edições e, pelo menos, uma de 1899 ilustrada pelo pintor Roque Gameiro. Pinheiro Chagas, apesar de ser monárquico, não poupou a corte portuguesa do tempo de D. Maria que considerava um “asylo de fanatismo e ignorância”²³. Por isso, o governo rejeitara as ideias da Revolução Francesa e envolvera-se nas campanhas do Rossilhão,

²⁰ Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, p. 128.

²¹ *Ibidem*, p. 674.

²² *Ibidem*, p. 678.

²³ Manuel Pinheiro Chagas, *A Guerra Peninsular*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1874, p. 6.

em vez de manter a neutralidade que seria a política adequada naquele contexto. Com aquela decisão, a Coroa portuguesa acicatou o ódio da república francesa e expôs-se a ser abandonado pelos aliados, que concluíram uma paz separada com a França. O governo espanhol de Carlos IV aliou-se aos franceses, enquanto que os ingleses nos tratavam com a maior “sem-cerimonia”. A narrativa de Pinheiro Chagas destaca a forma como o governo português era desprezado pelas potências europeias e condena o “espírito pusilanime do Príncipe Regente”, que se reflectia na actuação do seu governo²⁴.

Deste modo, o desenlace só podia ser o espectáculo “miserando” da família real em fuga para o Brasil, sob a protecção da esquadra inglesa. Nesse lance, a pena do novelista traçou um quadro trágico-burlesco. A rainha D. Maria, ensandecida há vários anos, soltando brados selvagens de doída, recusava-se a embarcar para grande consternação do Príncipe. O regente salvava a sua “preciosa” pessoa, mas deixava um reino abandonado, com o tesouro falido, os soldados sem o soldo, os funcionários sem os ordenados e os credores do Estado com as dívidas por pagar. No dizer pitoresco de Pinheiro Chagas, D. João “atravessava o Atlântico para ir reinar com socego á sombra das bananeiras americanas”²⁵. O autor da *História Alegre de Portugal: leitura para o povo e para as escolas* rematava em termos contundentes: “Que vergonha! que opprobrio! que tristissima e deploravel época!”²⁶

O servilismo das classes altas foi, a seu ver, resgatado pela insurreição popular, mas aquelas acabaram por orientar a plebe na direcção que desejavam: “A reacção contra os invasores, nobre reacção do sentimento nacional, ia-se transformando assim em reacção absolutista e theocratica contra as idéas francezas de igualdade e liberdade, que os officiaes de Junot, muitos d’elles antigos republicanos, aqui tinham desenvolvido.”²⁷ Pinheiro Chagas mostrava-se penalizado pela orientação reaccionária das populações e, noutro plano, pela forma como a opinião pública britânica via os portugueses. A insurreição espanhola tinha sido muito aplaudida, enquanto que a portuguesa ficava na sombra ou era ignorada. Como nos versos de Lord Byron, na imprensa inglesa fazia-se uma distinção entre o “altivo castelhano” e o “lusitano escravo”. Mas o povo português havia de mostrar o seu valor e fora, afinal, uma “victima sacrificada à salvação da Europa”²⁸. A resistência do pequeno reino da Península Ibérica custou a fome e a

²⁴ *Ibidem*, p. 23.

²⁵ *Ibidem*, p. 26.

²⁶ Manuel Pinheiro Chagas et alii, *Historia de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, s.d., p. 101.

²⁷ *Ibidem*, p. 114.

²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 128.

miséria a um povo inteiro. Contudo, foi um elemento decisivo na derrota de Napoleão e na libertação do despotismo. E o escritor liberal concluía: “[...] o génio austero e viril da Santa Liberdade dera forças aos portugueses em 1808 e 1820.”²⁹

Finalmente, o terceiro escritor destacado, Oliveira Martins (1845-1894), na *História de Portugal* caricaturou a família reinante portuguesa, os Bragança, de modo a aparecerem como a expressão máxima do estado de abatimento e de miséria moral do país: “E uma série de doidos, de maus ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuítas e ingleses, pupilos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um único sonho: o sebastianismo.”³⁰ D. Maria I seguia a linha familiar, e de “beata” passou a “doida”. O filho, o Príncipe Regente, vagueava solitário pelos salões, como um “sonâmbulo”. E a nação “moribunda e silenciosa” não se apercebia da aproximação da ameaçadora “tempestade francesa”³¹. Quando ela desabou sobre o país, o Bragança fugiu “miserável e cobardemente” e a prostração foi geral³². Este era o desenlace da “inépcia”, da “impotência absoluta”, do “vazio de força, de inteligência, de audácia” da política conduzida pelo Príncipe Regente³³. Para vencer os franceses foram precisos os exércitos ingleses e Portugal passou a ser “o instrumento, o servo, a *mula de carga* da Inglaterra”³⁴. Os tratados eram, na opinião de Oliveira Martins, a prova disso, e “o comércio, a indústria portuguesa ficavam de todo arruinados”³⁵. Mas, deste modo, salvava-se a Casa de Bragança que, “para conservar o trono, sacrificava o país”³⁶.

O esquema simplista e linear de exposição, sublinhado por uma verbe colorida e caricatural, tornou esta obra muito popular. A primeira publicação da *História de Portugal* foi em 1879; em 2004, já ia na vigésima primeira reedição. Nas duas últimas décadas do século XIX teve cinco edições e, depois desse início auspicioso, praticamente em todas as décadas houve várias reedições, com excepção dos anos 30. A visão martiniana da história contribuiu, seguramente, para formar a memória de muitos portugueses e, por isso, vale a pena citar o balanço que fez das invasões francesas:

“Quando Napoleão saiu e voltou a paz, deu-se o balanço à fortuna portuguesa. Era um sudário de miséria e solidão. De 1807 a 14 a população baixara de meio

²⁹ Manuel Pinheiro Chagas, *A Guerra Peninsular*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1874, p. 132.

³⁰ Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1991, p. 389.

³¹ *Ibidem*, p. 391.

³² *Ibidem*, p. 395.

³³ *Ibidem*, p. 397.

³⁴ *Ibidem*, p. 400.

³⁵ *Ibidem*, p. 402.

³⁶ *Ibidem*, p. 401.

milhão: um quarto do que fora. Não havia quem trabalhasse; Beresford fizera soldados todos os que não eram frades, nem desembargadores, nem cónegos e capelães cantores ou castrados. Não havia cultura, nem indústria, nem gado nem pesca. De cada 2000 recrutas só às vezes dois sabiam ler. Até ao princípio do século, com uma população de um quarto maior, bastava importar por ano 10 milhões de cruzados de trigo; agora necessitavam-se de 40, e mais de 23 de bacalhau, num país que é uma faixa marítima e piscosa. A desgraça crescia de ano para ano.”³⁷

Deste modo, quando se chega ao ano do centenário da primeira invasão francesa estava bem firmada uma memória colectiva que via o período da ocupação francesa como uma época de grande tragédia nacional, que tinha permitido afirmar o patriotismo e o heroísmo do povo português e das forças militares que tinham combatido os invasores. Por isso, projectou-se realizar a comemoração do centenário da Guerra Peninsular que deveria decorrer de 1908, o ano dos grandes levantamentos populares, até 1914, data da última batalha em que participaram os exércitos anglo-lusitanos. Uma comissão nacional foi nomeada a 2 de Maio daquele ano e elaborou um programa geral das comemorações³⁸. Pretendia-se, sobretudo, celebrar o heroísmo militar, através da evocação das principais batalhas (Roliça, Vimeiro e Buçaco) e das tomadas de praças por todo o país. Mas a difícil conjuntura política diminuiu bastante o alcance do vasto programa. Logo naquele ano ocorreu o regicídio e dois anos depois, a 5 de Outubro, era implantada a Primeira República. O jovem D. Manuel II ainda esteve presente numa cerimónia para solenizar a batalha do Buçaco, num dos últimos actos públicos como rei de Portugal³⁹. As celebrações tiveram continuidade na Primeira República, chegando a ser publicado o programa da celebração da batalha de Toulouse ganha pelos exércitos aliados a 10 de Abril de 1814⁴⁰. A evocação iria coincidir com uma cerimónia para a entrega dos prémios do concurso literário que tinha sido lançado pela comissão executiva junto dos escritores nacionais. Deste centenário ficaram publicações, medalhas, o catálogo das exposições biblio-iconográfica e histórica, tendo esta dado origem à Sala da Guerra Peninsular no Museu de Artilharia (actual Museu Militar), lápides e padrões comemorativos, entre outras iniciativas, bem como o projecto de dois

³⁷ *Ibidem*, p. 402.

³⁸ *Programa para a Comemoração da Guerra Peninsular e respectivo relatório elaborados pela Comissão nomeada por portaria de 2 de Maio de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

³⁹ Fernando Catroga, “Ritualizações da História” in *História da História* (Sécs. XIX e XX), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 645.

⁴⁰ *Programa da Comemoração Centenária da Batalha de Toulouse ganha pelos Exércitos Aliados em 10 de Abril de 1814*. Concurso Literário Comemorativo, Lisboa, Tipografia Universal, 1914.

Monumentos aos Heróis da Guerra Peninsular, em Lisboa e no Porto. Só muitos anos mais tarde vieram a ser inaugurados: o primeiro em 1933 e o segundo em 1952. Ambos se inserem numa óptica monumental oitocentista, de cariz romântico e povoada de figuras alegóricas. A águia napoleónica é derrotada pela união dos soldados e dos paisanos, firmes na resolução de expulsar os invasores. O monumento da capital é pesado, maciço, e o da Cidade Invicta ergue-se ao alto através de uma coluna esguia. Porém, a simbologia não difere nestas peças e representa-se a Pátria, a Vitória, o heroísmo do Povo. As forças britânicas estão ausentes destas evocações marcadamente nacionalistas.

Nesse ano de 1908, Marcelino Mesquita (1856-1919) publicou dois pequenos volumes subordinados ao título *Guerras da Independência: As Três Invasões Francesas*, na colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. O autor era famoso como escritor de dramas populares, representados nos teatros com grande sucesso. Sobre o reinado de D. Maria tinha escrito uma peça intitulada *Peraltas e Sécias*, portanto a época não lhe era estranha. Na obra que agora nos interessa, documentou-se sobre a história do período e nota-se a influência de Pinheiro Chagas. Em linhas gerais, a sua visão insere-se na perspectiva que foi comum na historiografia liberal já mencionada: o retrato muito negativo do rei D. João VI e da governação de Portugal naquele período; o heroísmo do povo narrado de forma romântica⁴¹; as “humilhações” a que Portugal foi sujeito pelos invasores e pelos aliados. Contudo, num aspecto concordava com o “desprezo” manifestado pelos ingleses em relação ao povo português: também o via como um “povo de escravos”, por causa da “educação jesuitica”, do “domínio fradesco”, da falta de instrução e do “poder dos senhores”, que tinham conduzido os portugueses a um estado de “emparecimento” e de “imbecilidade”⁴². Este tipo de discurso revela já a influência republicana e o radicalismo dos últimos anos da monarquia.

Marcelino Mesquita não perdeu a oportunidade de afirmar que a Inglaterra olhou sempre Portugal “como uma provincia, um feudo, a explorar e a desprezar”, e que essa era a situação que se mantinha naquela altura⁴³. Neste posicionamento anti-britânico ainda soam ecos da reacção ao ultimato, em 1890, e é patente a tónica política que fez parte da propaganda contra o regime monárquico, por causa das relações entre as famílias reais inglesa e portuguesa. Ao seu lado, a Espanha aparecia também no relato histórico como uma nação “inimiga”, despeitada pela independência portuguesa e pelas

⁴¹ Marcelino Mesquita, *Guerras da Independência, As Três Invasões Francesas*, I vol., Lisboa, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1908, p. 18.

⁴² *Ibidem*, p. 39.

⁴³ *Ibidem*, vol. II, p. 50.

derrotas infligidas no campo de batalha ⁴⁴. Em relação aos franceses, Marcelino Mesquita não esquecia “os horrores que commeteram”, mas ressalvava, como aspecto benéfico da sua acção, a expansão das ideias liberais ⁴⁵.

Por último, é importante referir a obra que ganhou o primeiro prémio do concurso literário realizado pela comissão executiva do centenário que só foi publicada em 1915. Trata-se de uma *História Popular da Guerra Peninsular*, escrita pelo tenente-coronel Teixeira Botelho, que retoma as principais teses da historiografia liberal sobre aquele período, apesar de adoptar um tom mais moderado e isento. D. João VI é visto como um homem de “inteligência vulgar” e “pouco enérgico”, mas “bondoso” e “sensível aos sofrimentos do povo” que, se não foi capaz de promover o progresso do país, também não o teria contrariado ⁴⁶. Porém, ao governo atribuiu uma “política tibia, froixa, vacilante” na política internacional, mas reparte as culpas entre o soberano e a nação no que se refere ao estado de atraso do país ⁴⁷. Caracterizou a ocupação francesa como um período de “terror”. Todavia, não deixou de verberar a “demagogia indígena” que esteve na base da fúria anti-jacobina, com resultados funestos ⁴⁸. É patente a sua admiração pelos militares ingleses, não só pelo exemplo que deram de boa ordem, disciplina e firmeza no campo de batalha, mas também pela acção que tiveram na guerra peninsular. Salientou, em especial, o papel do general Beresford como reformador do exército português, afirmando que “sem a severidade de que usou, sem a sua tenacidade imperturbável, não se podia ter levado a bom termo a obra de regeneração das nossas tropas.” ⁴⁹ Não fez, assim, coro com a posição anti-britânica que foi comum noutros autores. Por outro lado, se produziu uma história nacionalista, o relato não se circunscreveu a Portugal e traçou um quadro dos factos históricos de âmbito peninsular. A narrativa do que sucedeu em Espanha representa uma parte significativa do texto do livro. Porém, em jeito de remate final destacou, através da citação de um estadista inglês, a importância do papel de Portugal na derrota de Napoleão: “A alavanca que aluiu o império napoleónico foi a Inglaterra, tendo por ponto de apoio Portugal.” ⁵⁰ Esta obra resume, portanto, de forma bem documentada e sóbria o estado dos conhecimentos

⁴⁴ *Ibidem*, vol. II, p. 54.

⁴⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 61.

⁴⁶ J. J. Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra Peninsular*, Porto, Livraria Chardron, 1915, p. 43-44.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 56 e p. 67.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 116.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 214.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 641.

sobre a época da ocupação francesa, no início do século XX, com um intuito de divulgação. Mas só atingia, naturalmente, um público restrito.



Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, Lisboa, disponível em linha: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_aos_Heróis_da_Guerra_Peninsular_\(Lisboa\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_aos_Heróis_da_Guerra_Peninsular_(Lisboa))

Em suma, a construção da memória dos portugueses ficou marcada pelos relatos e testemunhos coevos e pela apropriação que deles foi feita pelas narrativas liberais. Se há uma linha de continuidade clara no discurso sobre o vandalismo do exército francês e o patriotismo dos portugueses, já em relação ao papel do Príncipe Regente, depois rei D. João VI, e ao comportamento da Grã-Bretanha se percebe uma inflexão num sentido negativo por parte dos escritores da segunda metade do século XIX. Nesse aspecto, eles são influenciados pelas suas posições ideológicas e pelos acontecimentos posteriores que mancharam a imagem da monarquia absoluta e dos aliados ingleses. Em relação a Espanha verifica-se uma ambivalência: no discurso nacionalista, é apresentada como uma nação “inimiga”, sempre em conluio para se assenhorar de Portugal, o que aconteceu também no quadro da ocupação napoleónica; porém, daquele

país não vieram unicamente a famigerada rainha, D. Carlota Joaquina, figura polémica e de má memória, e as tropas aliadas dos franceses, afluíram também os exemplos do patriotismo e das revoluções liberais que haviam de incendiar o país e destruir o Antigo Regime. Por isso, se de Espanha continuava a vir “nem bom vento nem bom casamento”, tal facto não impedia que viessem bons exemplos que a memória liberal registava para a posteridade.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de, “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais” in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, s.l., Estampa, [1993], pp. 17-43.

ASSIS, José Luís, *A Revista Militar: O Centenário da Guerra Peninsular e o Culto dos Heróis*, em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/print.php?ide=12>, capturado em 05/02/2007.

BOTELHO, J.J. Teixeira, *História Popular da Guerra Peninsular*, Porto, Livraria Chardron, 1915.

BRITO ARANHA, *Notas acerca das Invasões dos Francezes em Portugal*, Lisboa, Academia real das Sciencias, 1909.

CASTRO, Zília Osório de, “Napoleão, «o anticristo descoberto»” in *Ler História*, 17, 1989, pp. 93-111.

CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História” in *História da História* (Sécs. XIX e XX), Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 645.

CENÁCULO, D. Frei Manuel, *Memoria Descritiva. Assalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos Francezes em 1808*, Évora, Minerva Eborensis, 1887.

CHAGAS, Manuel Pinheiro et alii, *Historia de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Empreza Litteraria de Lisboa, s.d.

CHAGAS, Manuel Pinheiro, *A Guerra Peninsular*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1874.

CHAGAS, Manuel Pinheiro, *Os Guerrilheiros da Morte*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1899.

COUTO, Jorge (apres.), *Guerra Peninsular 200 Anos*, Lisboa, B.N.P., 2007.

MACEDO, José Agostinho de, *Ao invicto Wellington, Ode*, Lisboa, Impressão Regia, 1813.

MESQUITA, Marcelino, *Guerras da Independência, As Três Invasões Francezas*, Lisboa, Bibliotheca do Povo e das Escolas, 1908, 2 vols.

NEVES, José Acúrsio das, *Historia geral da invasão dos francezes em Portugal e da restauração deste reino*, Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1810-1811, 5 vols.

NEVES, José Acúrsio das, *Reflexões sobre a Invasão dos Francezes em Portugal*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1809.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, *História de Portugal*, vol. I, 4ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1974

OLIVEIRA MARTINS, *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1991 (1ª ed., 1879).

PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores, *D. João VI*, s.l., Círculo de Leitores, 2006.

SORIANO, Luz, *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política d'este reino desde 1777 até 1834*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890, 19 vols.

SUBTIL, José, "Os poderes do centro", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, s.l., Estampa, [1993], pp. 157-192.

VICENTE, António Pedro, "José Acúrsio das Neves, panfletário napoleónico", in *Ler História*, 17, 1989, pp. 113-127.

VILLAS BOAS, Frei Manuel do Cenaculo, *Memoria descriptiva do assalto, entrada e saque da cidade de Evora pelos francezes, em 1808*, impressa a expensas do Municipio, em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel de Cenaculo Villas Boas, Évora, Minerva Eborense, 1887.